



## Relatório Anual da Administração

**Aos acionistas:** A Administração da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - "EATE", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A Companhia:** A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - "EATE" tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades. Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 042/2001 - ANEEL, datado de 12 de junho de 2001, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consistiu na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 500 kV, com 932 km de extensão, tendo origem na subestação de Tucuruí, no Estado do Pará, e

término na subestação de Presidente Dutra, no Estado do Maranhão, envolvendo as ampliações dessas subestações e mais as de Imperatriz e Marabá, além da construção completa da subestação de Açailândia. Por meio das Resoluções Autorizativas nºs. 1.636 e 1.640 de 28 de outubro de 2008 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) amiou a transferência do controle societário das empresas Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica e Sistema de Transmissão Catarinense (STC), ambas detidas pela Alupar Investimento S.A., mediante transferência de 80% das ações ordinárias destas concessionárias. A partir de Agosto de 2014 a participação na empresa Sistema de Transmissão Catarinense (STC) passou a ser de 61,55%. Em Julho de 2008, a Companhia constituiu a controlada EBTE, com participação de 50,9%, que possui Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica 011/2008, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Sistema de transmissão:** O sistema da EATE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A companhia afere a sua receita em função da disponibilidade

nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

	2014	2013
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,99%	99,91%
A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado. <b>Pesquisa e desenvolvimento - P&amp;D:</b> Em 2014, a EATE realizou os projetos: 1. Sistema digital de medição de correntes de bancos capacitores série e transmissão de dados adquiridos através de dispositivo sem fio - desenvolvimento de Cabeça de Série, 2. Aplicação de nanotecnologia para redução da resistência de contatos em aterramento, 3. Desenvolvimento de software para otimização de traçado de linhas de transmissão por meio de análise de riscos ambientais e avaliação geotécnica aprimorada, 4. Cabeça de Série do Projeto REMOTE, 5. Gestão 2013, 6. Gestão 2014, 7. Arranjos técnicos e comerciais para inserção da geração fotovoltaica na matriz geradora brasileira, 8. Fiação de Cabos Condutores CA, EAE e CAL; Avaliação Comparativa em Termos do Parâmetro HW e Cálculo de Vida Residual. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site <a href="http://www.tbe.com.br">www.tbe.com.br</a> . <b>Responsabilidade social:</b> Como		

forma de incentivo à cultura e ações sociais, a EATE está participando do desenvolvimento de diversos projetos, dentre os quais destacamos: Musicalização de jovens em Paraisópolis - Fundação Bachiana, Instituto Tomie Ohtake, e Julia Nemr - Hipismo, Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia, além de doações para 12 instituições nos estados de Minas Gerais e São Paulo, como diversas ARAEs e AACD. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). No exercício de 2014 os resultados da companhia foram:

	Relatório	Societário
Lucro líquido	234.546	281.518
EBITDA	298.251	283.354

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

**A Diretoria**

## Balancos Patrimoniais

31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
<b>Ativo Circulante</b>				
Caixa e equivalentes	5	29.418	10.379	40.358
15.664				
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	6.459
6.821				
Contas a receber ativo financeiro	7	419.040	379.993	528.687
483.926				
Impostos a recuperar	8	430	651	2.281
2.319				
Dividendos a receber		3.463	10.850	1.054
563				
Adiantamento a fornecedores		951	1.069	6.193
6.357				
Outras contas a receber		9.142	7.506	11.465
12.814				
		462.444	410.448	596.497
528.464				
<b>Não circulante</b>				
Títulos e valores mobiliários	6	18.397	16.666	18.397
16.666				
Contas a receber ativo financeiro	7	579.565	617.170	1.344.147
1.363.351				
Impostos a recuperar	8	-	-	4.483
4.483				
Estoque		6.292	6.183	11.018
10.957				
Outros ativos		1.198	8.368	6.396
11.668				
Investimentos	9	469.914	469.975	44.777
22.584				
Imobilizado		604	450	733
718				
Intangíveis	10	16.372	16.480	27.173
27.173				
		1.092.342	1.135.292	1.457.124
1.458.074				
<b>Total do ativo</b>		<b>1.554.786</b>	<b>1.545.740</b>	<b>2.053.621</b>
				<b>1.986.538</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
<b>Passivo Circulante</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	105.488	229.337	119.738
243.600				
Fornecedores		569	962	14.008
15.853				
Tributos e contribuições sociais a recolher	12	19.384	26.835	24.068
31.258				
Dividendos a pagar		-	-	2.315
3.646				
Provisão para compensação ambiental	13	7.849	7.571	7.879
7.601				
Encargos Regulatórios	14	12.503	10.783	15.763
13.595				
Outras contas a pagar		3.663	8.299	11.056
16.943				
		149.456	283.787	194.827
332.496				
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	567.867	232.862	682.409
361.256				
Adiantamento de clientes		19.986	-	24.564
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	122.767	159.822	165.645
185.816				
Outros passivos		7.865	7.125	8.356
7.485				
		718.485	399.809	880.974
554.557				
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social		457.288	420.817	457.288
420.817				
Reservas de capital		4.401	3.986	4.401
3.986				
Reservas de lucro		128.767	413.636	128.767
413.636				
Proposta de distrib. de dividendos adicionais		96.389	23.705	96.389
23.705				
		686.845	862.144	686.845
862.144				
Participação de não controladores		-	-	290.975
237.341				
Total do patrimônio líquido	16	686.845	862.144	977.820
1.099.485				
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.554.786</b>	<b>1.545.740</b>	<b>2.053.621</b>
				<b>1.986.538</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Reservas de lucros								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>386.837</b>	<b>3.695</b>	<b>62.922</b>	<b>33.980</b>	<b>346.837</b>	<b>29.670</b>	<b>863.941</b>	<b>215.092</b>	<b>1.079.033</b>
Aumento de capital	33.980	-	-	(33.980)	-	-	-	-	-
Reserva de reinvestimento	-	291	-	-	-	-	291	-	291
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	268.610	268.610	30.611	299.221
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	13.430	-	-	(13.430)	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	36.471	-	(36.471)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(96.000)	(29.670)	(125.670)	(3.607)	(129.277)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(120.767)	(120.767)	(4.755)	(125.522)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	(24.261)	(24.261)	-	(24.261)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	-	-	49.976	23.705	(73.681)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>420.817</b>	<b>3.986</b>	<b>76.352</b>	<b>36.471</b>	<b>300.813</b>	<b>23.705</b>	<b>862.144</b>	<b>237.341</b>	<b>1.099.485</b>
Aumento de capital	36.471	-	-	(36.471)	-	-	-	56.111	56.111
Reserva de reinvestimento	-	415	-	-	-	-	415	-	415
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	281.518	281.518	21.687	303.205
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	14.075	-	-	(14.075)	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	38.340	-	(38.340)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(300.813)	(23.705)	(324.518)	(17.916)	(342.434)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(132.714)	(132.714)	(6.248)	(138.962)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	-	-	96.389	96.389	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>16</b>	<b>457.288</b>	<b>4.401</b>	<b>90.427</b>	<b>38.340</b>	<b>-</b>	<b>686.845</b>	<b>290.975</b>	<b>977.820</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (a "Companhia" ou "EATE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala A - São Paulo - SP. A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Prazo Vigência	Índice de correção
EATE	100%	04/2001 até 30/2031	366,239
Lumitrans	80%	00/7/2004 até 30/2034	22,660
STC (**)	62%	00/6/2006 até 30/2036	34,050
EBTE (***)	51%	01/12/2008 até 30/2038	39,010

(\*) A RAP informada está com forma Resolução Homologatória ANEEL 1.756/2014. (\*\*\*) Rescisada de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente e o valor será de R\$ 35,381 para STC e R\$ 40,536 para EBTE.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Os contratos de concessão da EATE, Lumitrans e STC dispõem que a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão. O contrato de concessão da EBTE dispõe RAP linear durante todo o prazo da concessão. Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disto, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa "Contas a receber - ativos financeiros".

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 03 de março de 2015. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pela *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como "Consolidado". As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como "Controladora" ou "Individuals". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente os totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Critérios de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: (i) detém mais do que metade do poder de voto; (ii) governa as suas políticas financeiras e operacionais; e (iii) indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração. Entre os principais ajustes de consolidação estão os seguintes eliminados: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente em terceiro. • Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas. As seguintes controladas estão sendo incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Razão Social	% de participação
EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	50,9%
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	61,5%
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A.	80,0%

As seguintes colgadas são registradas pelo método de equivalência patrimonial e não estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Razão Social	% de participação
ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	18,0%
Companhia Transrapé de Transmissão S.A.	10,0%
Companhia Transleste de Transmissão S.A.	10,0%
Companhia Transsudeste de Transmissão S.A.	10,0%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1. Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em "ativo justo por meio do resultado", enquanto Contas a receber - ativo financeiro são "recebíveis". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Contratos de concessão:** De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não é reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de promessa de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3. Ágio na aquisição de investimentos:** O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida, sendo registrado pelo valor justo de custo menos as perdas acumuladas por impairment, quando for o caso. Identificável e amortizável, não podendo ser objeto de amortização superior à data final do contrato de concessão. No consolidado o ágio gerado na aquisição de controladas e coligadas é registrado como "Ativo Intangível". Na controladora o ágio gerado na aquisição de coligadas é mantido em "Investimentos" e para as controladas como ativo intangível. **3.4. Estoques:** Os materiais e equipamentos em estoque estão classificados no ativo imobilizado (material em depósito) e são demonstrados ao custo médio de aquisição. **3.5. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.6. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.7. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.9. Provisões para litígios:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspe

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora		31/12/14		31/12/13	
	Circulante	Não Circulante	Principal	Total	Principal	Total
Debêntures 1ª emissão (I)	479	78.454	19.649	98.582	177.177	177.177
Debêntures 2ª emissão (II)	3.212	14.877	119.870	137.959	144.941	144.941
Debêntures 3ª emissão (III)	1.169	(250)	269.569	270.488	-	-
Debêntures 4ª emissão (IV)	7.632	(85)	158.779	166.326	-	-
NP - Nota Promissória (V)	-	-	-	-	140.081	140.081
	<u>12.492</u>	<u>92.996</u>	<u>567.867</u>	<u>673.355</u>	<u>462.199</u>	<u>462.199</u>
Consolidado						
	Controladora		31/12/14		31/12/13	
	Circulante	Não Circulante	Principal	Total	Principal	Total
BNDEx (VI)	399	13.851	114.542	128.792	142.657	142.657
Debêntures 1ª emissão (I)	479	78.454	19.649	98.582	177.177	177.177
Debêntures 2ª emissão (II)	3.212	14.877	119.870	137.959	144.941	144.941
Debêntures 3ª emissão (III)	1.169	(250)	269.569	270.488	-	-
Debêntures 4ª emissão (IV)	7.632	(85)	158.779	166.326	-	-
NP - Nota Promissória (V)	-	-	-	-	140.081	140.081
	<u>12.891</u>	<u>106.847</u>	<u>682.409</u>	<u>802.147</u>	<u>604.856</u>	<u>604.856</u>

(I) Debêntures 1ª emissão: Em fevereiro de 2011 a EATE emitiu 360 debêntures através do Banco HSBC no valor total de R\$ 360.000, no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos, serão amortizadas em 55 parcelas mensais e consecutivas, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016. (II) Debêntures 2ª emissão: Em outubro de 2012 a EATE emitiu 15.000 debêntures através do Banco Itaú no valor total de R\$ 150.000, no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos, serão amortizadas em parcelas semestrais e consecutivas, serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 0,9875% ao ano, com vencimento final em outubro de 2017. (III) Debêntures 3ª emissão: Em março de 2014 a EATE emitiu 27.000 debêntures através do Banco Itaú no valor total de R\$ 270.000, no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos, serão amortizadas em parcelas semestrais e consecutivas, serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,15% ao ano, com vencimento final em março de 2019. (IV) Debêntures 4ª emissão: Em agosto de 2014 a EATE emitiu 15.900 debêntures através do Banco Itaú no valor total de R\$ 159.000, no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 6 anos, serão amortizadas em parcelas semestrais e consecutivas, serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,15% ao ano, com vencimento final em março de 2019. (V) Em março de 2014 a Companhia liquidou antecipadamente seu empréstimo de curto prazo - Nota Promissória através do Banco Itaú. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da Nota Promissória era de R\$ 140.081. (VI) A EBTE possui empréstimo com o BNDES, 87% do saldo devedor é atualizado pela TJLP e juros de 2,56% ao ano, e 13% do saldo devedor de juros de 4,5% ao ano. Os financiamentos serão pagos em 162 prestações mensais, com vencimentos finais em 2024. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta reserva. Os contratos com o BNDES bem como a escritura de debêntures exigem a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). A Administração da Companhia e de suas controladas mantém o acompanhamento de todas as obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2014, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. As cláusulas restritivas da EATE estão relacionadas à dívida líquida no limite de R\$ 785.366, R\$ 875.500, R\$ 1.000.831 e R\$ 1.158.000 para a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissão de debêntures respectivamente, acrescido de atualização pelo IGP-M. As cláusulas restritivas da controlada EBTE estão relacionadas ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), de no mínimo 1,30, ao longo de todo o prazo de amortização. Os vencimentos anuais dos empréstimos, financiamentos e debêntures em longo prazo são como segue:

	Controladora	Consolidado
2016	181.156	181.156
2017	180.225	194.076
2018	120.284	134.135
2019	58.175	72.026
2020	28.027	41.637
Após 2020	-	59.379
	<u>567.867</u>	<u>682.409</u>

## A Diretoria

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - São Paulo - SP. Introdução: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir

## 12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Passivo Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.184	9.160	4.376	10.121
PIS e COFINS	1.719	1.321	2.304	1.966
Contribuição Social - CSLL	12.337	13.963	12.814	14.347
ICMS	1.597	1.569	3.694	3.665
Outros	547	822	880	1.159
	<u>19.384</u>	<u>26.835</u>	<u>24.068</u>	<u>31.258</u>

Passivo não circulante  
IRPJ e CSLL Diferidos (a)

	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.	122.767	159.822	165.645	185.816

Saldo em 31 de dezembro de 2012  
Imposto diferido reconhecido no resultado

	Controladora	Consolidado
	31/12/14	31/12/13
Saldo em 31 de dezembro de 2012	143.382	180.113
Imposto diferido reconhecido no resultado	16.440	5.703
Saldo em 31 de dezembro de 2013	159.822	185.816
Imposto diferido reconhecido no resultado	(37.055)	(20.171)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	122.767	165.645

Anualmente a Companhia revisa a alíquota média futura de IR e CS. Em 2014, houve uma redução dessa alíquota diante da obtenção do benefício fiscal com redução de 75% do IR, para pela SUDAM, pelo prazo de 10 anos.

## 13. PROVISÃO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. Para tanto, o IBAMA determinou o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. O saldo, em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 7.849 (R\$ 7.571 em 2013), ainda não foi destinado, pois aguardamos por parte do IBAMA, a indicação do seu destino.

## 14. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Quota de reserva global de reversão - RGR	1.669	1.075	2.094	1.606
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	10.118	9.139	12.954	10.856
Taxa de fiscalização - ANEEL	716	569	715	1.133
	<u>12.503</u>	<u>10.783</u>	<u>15.763</u>	<u>13.595</u>

## 15. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de perda, classificado como "possível" e consequentemente, não há qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas, de acordo com o quadro abaixo:

	Valores envolvidos estimados				
	EATE	STC	Lumitrans	EBTE	Total
Trabalhista	294	-	181	-	475
Cível	-	-	-	276	276
Tributário	3.044	-	57	-	3.101
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.338	-	238	276	3.852
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.540	30	112	4.483	7.165

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social: O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 457.287, representado por 92.000.000 ações ordinárias e por 88.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Controladora		%	Total
	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais		
Alupar Investimento S.A.	46.020.150	44.011.576	50,021902%	50,017623%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S/A	45.979.850	43.988.434	49,978098%	49,982377%
	<u>92.000.000</u>	<u>88.000.010</u>	<u>100,000000%</u>	<u>100,000000%</u>

16.2. Reserva de lucro: 16.2.1. Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. 16.2.2. Reserva de incentivo fiscal: A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto 4.212/2002. Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545

do Regulamento do Imposto de Renda. Diante do exposto, a Companhia EATE formalizou junto à SUDAM e obteve deferimento da redução do imposto de renda e adicionais de acordo com o Laudo Constitutivo nº 012/2004, em 75% pelo prazo de até 31/12/2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia capitalizou incentivo fiscal no valor de R\$ 38.340 (R\$ 36.470 em 2013). 16.3. Dividendos propostos: A Companhia distribuiu dividendos intermediários baseado nas Informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2014, no montante de R\$ 132.714, (R\$ 120.767 em 2013), valor este superior ao dividendo mínimo exigido pelo Estatuto (25% do Lucro líquido do exercício após a apropriação da reserva legal e reserva de incentivo fiscal).

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	281.518	214.175
Constituição da reserva legal	(14.075)	(14.075)
Incentivo fiscal	(38.340)	(38.340)
Base de cálculo de dividendos	229.103	122.714
Dividendos intermediários (*)	(132.714)	(132.714)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	96.389	96.389

(\*) Inclui dividendo mínimo obrigatório de R\$ 57.275.

## 17. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2014 a remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 2.379, (R\$ 1.803 em 31 de dezembro de 2013) compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

## 18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receita operacional bruta	339.014	340.813	456.665	458.260
Receita de Operação e manutenção	30.012	31.815	42.672	48.836
Receita de implantação de infraestrutura	-	246	37	1.108
Receita de remuneração dos ativos da concessão	309.002	308.752	413.956	408.316
Deduções da receita operacional	(25.516)	(23.542)	(32.438)	(29.920)
PIS	(2.359)	(2.192)	(2.990)	(2.769)
COFINS	(10.885)	(10.116)	(13.798)	(12.775)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(9.000)	(8.192)	(11.477)	(10.482)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(3.272)	(3.042)	(4.173)	(3.894)
Receita operacional líquida	313.498	317.271	424.227	428.340

## 19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receitas Financeiras	5.922	3.078	7.287	3.886
Receita de aplicações financeiras	428	149	959	643
Outros	6.350	3.227	8.246	5.529
Despesas Financeiras	(65.017)	(32.445)	(74.585)	(42.957)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(6.049)	(3.258)	(5.529)	(4.278)
Outros	(71.066)	(35.703)	(80.114)	(47.235)
Resultado financeiro líquido	(64.717)	(32.476)	(71.868)	(42.706)

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31/12/14	31/12/13
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social	270.091	312.698
Juros sobre capital próprio	-	(24.261)
Ajustes decorrentes do RTT (a)	-	(63.947)
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	270.091	224.490
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	91.831	76.327
(+) Adição de "AVP" - IN 1515	96.725	-
(-) Exclusão de "AVP" - IN 1515	(105.061)	-
(-) Exclusão Artigo 69 Inciso IV da Lei 12.973	(1.608)	-
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	(707)	(706)
Equivalência patrimonial	(18.915)	(10.460)
Despesas e provisões indedutíveis	1.140	813
Outras	2.687	336
	66.092	66.310
Constituição de passivo tributário diferido	(37.055)	16.440
Incentivo Fiscal	(38.340)	(36.470)
Lei Rouanet/Esporte/FIA	(2.228)	(2.192)
Ajuste de IR e CSLL de exercícios anteriores	104	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(11.427)	44.088
Taxa Efetiva	-4,23%	19,64%

## Contador:

Claudio Luiz Pinto de Barros - CRC 1SP195071/O-4

A taxa efetiva consolidada de IR e CS, que inclui as controladas optantes pelo lucro presumido e não optantes pela adoção antecipada da Lei 12.973 é de 2,89% (10,88% em 2013). A principal variação entre a taxa nominal de 34% e a taxa consolidada se deve à diferença entre o regime do lucro presumido e o regime do lucro real. a) Regime tributário de transição e Lei 12.973/14: A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais. Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's. Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973, conversão da MP627/2013 que: (i) altera a legislação tributária federal relativa ao imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, (ii) extingue o Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Companhia optou por adotar antecipadamente as disposições da Lei 12.973, que seriam obrigatórias a partir de 1º de janeiro de 2015.

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. a) Empréstimos, financiamentos e debêntures: O valor contábil dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. b) Gerenciamento de riscos: Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: (I) Risco de crédito - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 420 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; (II) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M; (III) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI; (IV) Risco de liquidez - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. c) Hierarquia do valor justo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: *Nível I* - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; *Nível II* - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e *Nível III* - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários e como nível II o contas a receber - ativo financeiro. d) Valor justo: As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar): (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preciza que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos. (ii) O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

## 22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia e suas controladas, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

## 23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo